

Edital de Licitação PE N° 001/2024
Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO
Tipo: MAIOR OFERTA
Processo n° 2024007025
Processo SEI n° 00801.0000894/2024-14

Toda a comunicação referente a este certame, até a adjudicação, deverá ser realizada em campo próprio do sítio PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS. Não se darão respostas por telefone.

PREÂMBULO

O Fundo de Previdência do Município de Águas Lindas de Goiás - FUNPREVAL, por intermédio COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO/PREGOEIRO, nomeados através da portaria n° 078/2024, torna público que fará realizar a licitação na modalidade pregão eletrônico, cujo objeto está definido abaixo, o qual observará os preceitos de direito público e, em especial, as disposições da Lei Federal n° 14.133/2021, demais normas legais e regulamentares e subordinados às condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

Este Edital observará em todas as fases do procedimento licitatório as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental.

INÍCIO DO CERTAME E ABERTURA DA PROPOSTA E DOCUMENTAÇÃO

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

LOCAL: Pedidos de esclarecimentos, impugnações, propostas, habilitação, recursos administrativos, serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico do Portal de Compras Públicas no endereço WWW.PORTALDECOMPRASPUBLICAS.COM.BR, conforme quadro abaixo:

Início das Propostas: 04/11/2024 10:00
Limite para Impugnação: 22/11/2024 23:59
Limite para Esclarecimentos: 22/11/2024 23:59
Limite p/ Recebimento de Propostas: 27/11/2024 10:00
Abertura das Propostas: 27/11/2024 10:01

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de instituição financeira, pública ou privada, para operar serviços de gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas do FUNPREVAL, com exclusividade e sem ônus para a contratante, pelo prazo de 60 (sessenta) meses.

2. DOS ANEXOS:

2.1. Constituem parte integrante do presente edital os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

;

ANEXO I/A - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DO TERMO DE REFERÊNCIA;

ANEXO I/B - MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA FOLHA DE PAGAMENTO;

ANEXO I/C - PIRÂMIDE SALARIAL

ANEXO II - MODELO DE CARTA PROPOSTA

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO.

3. INTRODUÇÃO

3.1. Se no dia supracitado não houver expediente, a abertura deste pregão será realizada no 1º (primeiro) dia útil de funcionamento do FUNPREVAL que se seguir, no mesmo horário.

3.2. No site indicado serão realizados os seguintes procedimentos pertinentes a este pregão:

3.2.1. Recebimento da “Proposta” e “Documentação”;

3.2.2. Abertura da “Proposta” e exame de conformidade das propostas;

3.2.3. Divulgação dos licitantes classificados e dos desclassificados;

3.2.4. Condução dos trabalhos relativos aos lances;

3.2.5. Abertura da “Documentação” do licitante detentor do menor preço e exame da habilitação;

3.2.6. Quaisquer outros procedimentos que se fizerem necessários à realização deste pregão.

3.3. As decisões do Pregoeiro serão comunicadas diretamente aos interessados durante a sessão, lavradas em ata, ou por ofício, com comprovação de seu recebimento. O resultado final do certame também será divulgado no Portal da Transparência, no endereço eletrônico <https://acessoainformacao.funpreval.go.gov.br/cidadao/informacao/solicitacoes>.

4. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

4.1. Poderão participar desta licitação as instituições financeiras autorizadas pelo BACEN - Banco Central do Brasil a exercer a atividade pertinente ao objeto licitado e que atendam aos requisitos de habilitação previstos neste Edital.

4.2 Não será permitida a participação de empresas:

a) Estrangeiras que não funcionem no País;

- b) Reunidas sob a forma de consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- c) Suspensas temporariamente para licitar e impedidas de contratar com quaisquer órgãos da Administração Pública direta ou indireta, nos termos da Lei Federal 14.133/2021 e suas alterações;
- d) Impedidas de licitar e contratar nos termos da Lei Federal 14.133/2021;
- e) Impedidas de licitar e contratar nos termos da Lei Federal 14.133/2021;
- f) Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas.

5. DO CREDENCIAMENTO

5.1. O credenciamento será realizado na plataforma do site PORTAL DE COMPRAS PÚBLICAS, no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br.

6. DO PROCEDIMENTO

6.1. O licitante deverá encaminhar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas.

6.2. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

6.3. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

6.4. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas apresentadas.

6.5. A proposta da licitante deverá conter, pelo menos:

- i. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência;
- ii. O valor total ofertado.

6.6 Para que se realize a disputa de lances, não é necessário apresentar proposta para impressão, bastando, para a participação, o registro do valor no local próprio no sistema.

6.7. Não serão aceitas propostas com valor inferior a **R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)**

6.8 O pregoeiro fará exame de conformidade das propostas, consistindo em conferência, análise e classificação destas com o objeto e as exigências deste edital;

6.9. Uma vez iniciada a abertura da Proposta, não serão permitidas quaisquer retificações que possam influir no resultado final deste Pregão.

6.10. A desclassificação da proposta do licitante importa preclusão do seu direito de participar da fase de lances.

6.11. Após a fase de classificação não caberá desistência das propostas, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

6.12. O licitante que se abster de apresentar lance ficará excluído dessa etapa e terá mantido o seu último preço apresentado para efeito de ordenação das propostas.

6.13. O licitante que deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste edital, ou com irregularidade, terá sua proposta desclassificada, sem prejuízo de serem-lhe aplicadas, no que couber, as penalidades previstas neste edital e demais cominações legais, com exceção da hipótese prevista no artigo 43, § 1º, da LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014.

6.13.1 À licitante que ofertar lances, sagrar-se vencedora e vier a ser inabilitada poderá ser aplicada a sanção prevista na lei federal nº 14.133/2021.

6.14. Não será admitida complementação de documentos posteriormente à sessão, com exceção da hipótese prevista no artigo 43, § 1º, da LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014.

6.15. Caberá ao Pregoeiro, ainda, como parte das atribuições que lhe competem durante a realização deste Pregão:

- a) Conduzir os trabalhos da equipe de apoio;
- b) Examinar a aceitabilidade da proposta ou do lance de melhor preço, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito da escolha que vier a ser adotada;
- c) Adjudicar o objeto deste Pregão ao licitante vencedor, detentor da proposta considerada como a mais vantajosa para o FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS, após constatado o atendimento das exigências deste edital, se não houver interposição de recurso;
- d) Receber, examinar e instruir os recursos contra suas decisões, relativamente a este Pregão;

- e) Encaminhar ao Gestor do Fundo o processo relativo a este pregão, devidamente instruído, depois de ocorrida a adjudicação, com vistas à homologação deste procedimento licitatório e à contratação do objeto com o licitante vencedor.

6.16. Ao gestor do FUNPREVAL caberá:

- a) Decidir a respeito dos recursos contra atos do pregoeiro;
- b) Adjudicar o objeto deste pregão ao licitante vencedor, se houver interposição de recurso;
- c) Homologar o resultado deste pregão, depois de decididos os recursos porventura interpostos contra atos do pregoeiro;
- d) Promover a celebração do contrato correspondente a este pregão.

6.17. Se não houver tempo suficiente para a abertura da “Proposta” e “Documentação” em um único momento ou, ainda, se os trabalhos não puderem ser concluídos e/ou surgirem dúvidas que não possam ser dirimidas de imediato, os motivos serão consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.

6.18. A interrupção dos trabalhos somente dar-se-á após a etapa competitiva de lances.

6.18.1 Qualquer reclamação deverá ser feita durante a reunião pelos representantes legais dos licitantes *on-line*, mediante registro na ata respectiva.

6.19. Ultrapassada a fase de análise das propostas e aberta a documentação de habilitação, não caberá a desclassificação dos licitantes por motivo relacionado com a proposta, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

6.20. É facultada ao pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase deste pregão, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta/documentação, com exceção da hipótese prevista no artigo 43, § 1º, da LC 123/2006, alterada pela LC 147/2014.

6.20.1 Nesse caso, a adjudicação somente ocorrerá após a conclusão da diligência promovida.

6.21. A adjudicação deste pregão e a homologação do seu objeto somente serão efetivadas:

6.21.1 Se não houver manifestação de nenhum licitante de sua intenção de interpor recurso, devidamente registrado em ata durante o transcurso da sessão do pregão, caso em que a adjudicação caberá o pregoeiro.

6.21.2 Se houver interposição de recurso contra atos do pregoeiro, após o deferimento ou indeferimento do recurso interposto e dado conhecimento do seu resultado, a adjudicação e a homologação caberão ao gestor do município de Águas Lindas de Goiás.

6.22. Da ata relativa a este pregão constarão os registros dos representantes credenciados dos licitantes, a análise das propostas e dos documentos de habilitação, os preços das propostas e dos lances apresentados, a manifestação do licitante quanto à interposição de recurso, sem prejuízo de outros registros entendidos necessários.

"6.23. Findada a fase de habilitação, e após convocação do pregoeiro, a licitante vencedora terá o prazo de 4 (quatro) horas para apresentação da proposta readequada ao valor final. Esse prazo poderá ser alterado, a critério do pregoeiro, mediante justificativa formal, levando em consideração a complexidade do caso ou outros fatores que exijam tempo adicional, sob pena de desclassificação."

7. CONDIÇÕES E PRAZOS

7.1 O valor mínimo da proposta a ser ofertado na licitação, conforme definição da FUNPREVAL, será de R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais). Este valor foi fixado com base em pesquisa de mercado detalhada, constante nos anexos do processo, a fim de garantir que as ofertas sejam compatíveis com os padrões de mercado e assegurem a viabilidade econômica da contratação.

7.2 O pagamento do valor homologado na licitação deverá ser efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data da assinatura do Contrato Administrativo, em uma única parcela, em conta indicada e de titularidade do FUNPREVAL, mantida em banco público.

7.3 Em caso de atraso no pagamento, a instituição financeira deverá pagar ao FUNPREVAL multa de 2% (dois por cento) calculada sobre o valor total da proposta, acrescida de atualização monetária, e juros de mora de 12% (doze por cento), ao ano, calculado pro rata die, além de sujeitar-se às penalidades previstas neste instrumento.

7.4 No caso acima, o valor será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

7.5 Os juros de 12% (doze por cento) ao ano, pro rata die, serão calculados e cobrados mediante a utilização da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times V$$

Onde:

EM = Encargos moratórios.

I = Índice de 0,000328767 (correspondente à taxa anual de 12%, isto é, $(12/100)/365$. N = Número de dias entre a data fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento. V = Valor em atraso.

7.6 O valor ofertado deverá ser líquido, não cabendo à contratada a retenção de parcela ou percentual a qualquer título.

8. DA VALIDADE DA PROPOSTA

8.1. A proposta deverá ter validade mínima de **90 (noventa) dias**, contados da data estabelecida neste edital para o recebimento da "Documentação" e "Proposta de Preço".

9. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

9.1. Para efeito de elaboração da proposta e de seu julgamento, não será aceita, sob qualquer título, a oferta de outros valores que não seja o valor global da proposta.

9.2. Caberá ao pregoeiro, além do recebimento e exame das propostas, o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas e a decisão quanto a dúvidas ou omissões deste edital.

9.3 Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na apresentação das propostas comerciais, como justificativas de quaisquer acréscimos ou solicitações de reembolsos e indenizações de qualquer natureza.

9.4 O valor total ofertado deverá ser líquido, não cabendo quaisquer deduções, a exemplo de encargos financeiros, taxas, tributos, despesas diretas ou indiretas, etc.

10. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

10.1. Após a análise das propostas poderão ser desclassificadas, com base na Lei nº 14.133/2021, aquelas que não atenderem às exigências contidas neste edital.

11. DO JULGAMENTO E DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

11.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

11.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência.

11.3 O lance deverá ser ofertado com base no valor mínimo, que é de **R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais)**

11.4 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

11.5 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta serão definidos pelo pregoeiro diretamente no sistema do Portal de Compras;

11.6 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

11.8 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

11.9 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

11.10. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

11.11 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

11.12. Analisadas as propostas apresentadas e concluída a etapa de lances, a classificação final far-se-á pela ordem crescente.

11.13. No julgamento das propostas, atendidas as condições prescritas neste Edital, será vencedora aquela que ofertar o maior valor.

11.14. Em qualquer caso, mesmo depois de encerrada a etapa competitiva, o pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante detentora da proposta de MAIOR OFERTA, no sentido de melhorar ainda mais a oferta.

11.15. Verificado que a proposta de melhor preço atende às exigências fixadas neste edital, quanto à proposta e à habilitação, será a respectiva licitante declarada vencedora.

12. DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

12.1 Relativos à Habilitação Jurídica:

- a) Estatuto da sociedade acompanhado dos documentos de eleição de seus administradores, registrado na Junta Comercial e com comprovação de publicação na imprensa oficial da União, Distrito Federal ou Estado Membro, conforme o lugar em que esteja situada a sede da companhia, e em outro jornal de grande circulação editado na localidade em que está situada a sede da companhia, conforme preceitua o art. 289 da Lei nº 6.404/1976;
- b) Autorização para funcionamento expedido pelo BACEN - Banco Central do Brasil.

12.2 Relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- a) Cartão de CNPJ;
- b) Prova de regularidade para com a Seguridade Social (INSS);
- c) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS;
- d) Prova de regularidade para com a fazenda Estadual;
- e) Prova de regularidade para com a fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei n. 12.440, de 7 de julho de 2011.

12.3 Qualificação econômico-financeira:

- a) Certidão de falência, concordata ou recuperação judicial, com data de expedição ou revalidação até (noventa) dias anteriores à data da realização da licitação, expedida por Cartório ou em sítios da internet. Caso a certidão não consigne prazo de validade, serão considerados 90 (noventa) dias;
 - b) **Balanco Patrimonial e Demonstrações Contábeis** do último exercício financeiro **(2023)**, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, para comprovar a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.
- b1) Será considerada de boa situação financeira quando a licitante demonstrar que possui índice de Adequação de Capital (Índice de Basiléia) é de, no mínimo, 8% (oito por cento), calculado na conformidade das regras estabelecidas pela legislação vigente do Banco Central do Brasil:

$$IB = PR \times 100 / (PRE / \text{FatorF})$$

Onde:

IB = Índice de Basileia ou Índice de Adequação de Capital;

PR = Patrimônio de Referência;

PRE = Patrimônio de Referência Exigido;

FatorF = 0,08

b2) A relação entre o Patrimônio de Referência (PR) e os riscos ponderados [Patrimônio de Referência Exigido (PRE)] obedecem à regulamentação em vigor.

b.3) A relação mínima exigida é dada pelo fator F, de acordo com o art. 4º da Resolução do CMN nº 4.193, de 1º de março de 2013 e Circular do BC nº 3.644, de 4 de março de 2013 e demais normas aplicáveis.

12.4 – DECLARAÇÕES: Ao vincular sua proposta no sítio www.portaldecompraspublicas.com.br, a licitante deverá assinalar as declarações que constam do sistema no qual se realizará o certame, a exemplo de:

- a. Estar ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos;
- b. Que sua proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo;
- c. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- d. Que não está impedida de participar de licitação, e que comunicará a superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão contratante;
- e. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal;
- f. Que manifesta ciência em relação a todas as informações e condições para o cumprimento das obrigações relacionadas à execução do objeto da licitação;
- g. Que não possui, na sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;
- h. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitados da Previdência Social;
- i. Cumpre a reserva de cargos para aprendiz;
- j. Que se enquadra como ME/EPP nos termos da legislação vigente (se for o caso).

12.4.1 As declarações relacionadas neste item deverão ser apresentadas exclusivamente no momento de cadastramento da proposta, em campo próprio do sistema Portal de Compras Públicas, não havendo necessidade de serem enviadas.

12.4.2 Admite-se a apresentação de documentos, em sede de diligência, para suprir equívoco ou falha, em atenção ao Acórdão 1211/2021 – Plenário – TCU, apenas se o documento referido tiver sido emitido antes da data de abertura do certame.

13. DO JULGAMENTO E DA DESQUALIFICAÇÃO DOS DOCUMENTOS

13.1. Após examinados e julgados os documentos apresentados para efeito de habilitação das licitantes, mediante confronto com as condições deste edital, serão desqualificados e não aceitos aqueles que não atenderem às exigências aqui estabelecidas.

13.2. Quando todas as licitantes forem inabilitadas, o Pregoeiro poderá, de acordo com o **artigo 56, § 2º** da Lei nº 14.133/2021 fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escoimadas das causas referidas neste artigo.

13.3. Quando da contratação com autor de proposta subsequente àquela melhor classificada em licitação em que se adotou a modalidade pregão, deverá a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente.

14. DO TIPO DE LICITAÇÃO

14.1. Trata-se de licitação, Pregão Eletrônico, do tipo MAIOR OFERTA/MAIOR PREÇO, conforme disposto na Lei n.º 14.133/2021.

14.1.1 Aplicabilidade do Critério de "Maior Oferta/Maior Preço"

Dada a natureza do objeto — prestação de serviços financeiros sem custos diretos à administração pública —, é natural que o **critério de julgamento seja o "Maior Preço/Maior Oferta"**, ou seja, será considerada vencedora a instituição financeira que ofertar o maior valor pelo direito de prestar tais serviços.

Este modelo é justificado, pois:

- **Potencial de Receita para a Instituição Financeira:** A gestão de uma folha de pagamento de servidores, inativos e pensionistas representa uma oportunidade lucrativa para a instituição financeira, que poderá, por meio desse relacionamento, oferecer outros serviços bancários, como concessão de crédito consignado e abertura de contas correntes. Dessa forma, a instituição financeira estará disposta a ofertar um valor pela exclusividade de gestão desses serviços, pois terá a perspectiva de retorno financeiro através dessas operações.
- **Critério de Maior Vantagem para a Administração Pública:** O FUNPREVAL, ao não arcar com qualquer ônus financeiro, recebe, além dos serviços, uma contrapartida financeira em forma de valor ofertado pela

instituição financeira vencedora. Esse valor **representa uma receita adicional** para o fundo, o que maximiza os benefícios ao ente público sem incorrer em despesas. Assim, o critério de "Maior Oferta" é aquele que proporciona **a maior vantagem econômica** ao FUNPREVAL.

15. DO DIREITO DE PETIÇÃO

15.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da lei, devendo protocolar o pedido até **3 (três)** dias úteis antes da data fixada para abertura do certame.

16. DA ADJUDICAÇÃO

16.1. O objeto deste pregão será adjudicado em consideração à **MAIOR OFERTA**, depois de atendidas as condições deste edital.

17. ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO

17.1. A Seção de Contratos convocará oficialmente a licitante vencedora, durante a validade da proposta para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

17.2. O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração do Órgão.

17.3. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o referido documento no prazo e nas condições estabelecidos, chamar as licitantes remanescentes, obedecida à ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo, devendo a Administração negociar o valor, procurando aproximá-lo daquele ofertado inicialmente, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas em lei.

17.4. A recusa injustificada da licitante vencedora em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-a as penalidades legalmente estabelecidas.

17.5. O disposto no item anterior não se aplica às licitantes convocadas nos termos do **artigo 56, § 2º** da Lei nº 14.133/2021, que não aceitarem a contratação nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

17.6. Na emissão da nota de empenho os documentos comprobatórios de situação de regularidade fiscal e trabalhista, apresentados em atendimento às exigências de

habilitação, estiverem com validade expirada, à empresa deverá providenciar a apresentação de novos documentos dentro do prazo de validade.

17.7. Constitui parte integrante deste edital a minuta contratual, que poderá ser alterada quando da assinatura do contrato, acrescentando ou suprimindo cláusulas e/ou parágrafos, para sua adequação.

17.8. A licitante vencedora deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

17.9 O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) meses, a contar da data de publicação de seu extrato na imprensa oficial do município;

18. DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

18.1. A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou as supressões que se fizerem necessários, de acordo com o que preceitua a Lei Federal nº 14.133/2021.

19. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

19.1. O prazo de vigência do contrato será de até 60 (sessenta) meses, contados a partir da assinatura, com eficácia após a publicação do seu extrato no Portal da Transparência do FUNPREVAL.

20. DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

20.1. A fiscalização e a gestão do contrato originado com este procedimento serão realizadas por servidor a ser designado pela Administração Municipal.

20.2. O servidor indicado para acompanhar a execução do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução contratual, determinando o que for necessário à regularização das falhas observadas.

20.3. A Contratada deve manter preposto, aceito pela Administração, durante o período de vigência deste contrato, para representá-la sempre que for necessário.

21. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste Edital.

22. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL E DOS RECURSOS

22.1. Qualquer licitante é parte legítima para solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar este edital, desde que protocolada a manifestação com antecedência de até 03 (três) dias úteis da data fixada para recebimento das propostas.

22.2 O pedido de impugnação deverá ser encaminhado EXCLUSIVAMENTE no próprio sistema eletrônico, na aba própria.

22.3 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial e no Portal de Compras Públicas no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

22.4 Acolhida à impugnação contra o ato convocatório, desde que altere a formulação da proposta de preços, será definida e publicada nova data para realização do certame.

22.5 As informações e/ou esclarecimentos serão prestados pelo Pregoeiro através do site portaldecompraspublicas.com.br, no link correspondente a este edital, ficando todos os Licitantes obrigados a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

22.6. A impugnação feita pelo licitante não o impedirá de participar do processo licitatório, até que seja proferida decisão final na via administrativa.

22.7. A manifestação da intenção de interpor recurso das decisões proferidas durante a sessão de julgamento deverá ser feita ao final do ato, com registro em ata da síntese das razões de recorrer, nos casos de discordância com o:

22.7.1. Julgamento das propostas;

22.7.2. Habilitação ou inabilitação do licitante; ou

22.7.3. Com outros atos e procedimentos.

22.8. Quanto à intenção de recorrer no sistema, ocorrerá em dois momentos distintos, uma logo após a declaração de arrematantes no processo e a outra, após o término da fase de habilitação, não podendo o prazo ser inferior a 10 (dez) minutos, conforme previsão do Art. 165, §1º, inciso I da Lei 14.133/2021 e Art. 40 da IN 73/2022:

“Art. 40. Qualquer licitante poderá, durante o prazo concedido na sessão pública, não inferior a 10 minutos, de forma imediata após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, sob pena de preclusão, ficando a autoridade superior autorizada a adjudicar o objeto ao licitante declarado vencedor.”

22.8.1 O recorrente terá, a partir de então, o prazo 3 (três) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 3 (três) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses

22.8.2 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

22.8.3 Eventuais recursos e contrarrazões deverão ser encaminhados ao pregoeiro exclusivamente pelo local próprio do sistema eletrônico, observando-se as datas e horários.

23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

23.1. Serão corrigidos automaticamente pelo pregoeiro e equipe de apoio quaisquer erros de soma e/ou multiplicação, bem como as divergências que porventura ocorrerem entre o preço unitário e o total, quando prevalecerá sempre o primeiro.

23.3. Caso alguma certidão ou documento não consigne prazo de validade, serão considerados válidos por 90 (noventa) dias contados a partir da data de sua emissão, se outro prazo não tiver sido expresso.

23.4. Será desclassificada a licitante que se encontrar, à data da apresentação das propostas, em atraso com a entrega de material ou prestação de serviços junto ao município de Águas Lindas de Goiás.

23.5. Em nenhum caso será concedido prazo para apresentação de documentos faltantes, necessários à habilitação, que não tiverem sido entregues até o momento da abertura dos trabalhos, salvo se necessário por força de realização de diligência.

23.6. A ausência de pedido de esclarecimentos complementares por parte das proponentes implicará na tácita admissão de que as informações técnicas e jurídicas foram consideradas suficientes.

23.7. O fornecedor que, sem justa causa, descumprir as obrigações assumidas ou infringir os preceitos legais, ressalvados os casos fortuitos e de força maior, devidamente justificado e comprovado, responderá, conforme a natureza e gravidade da falta cometida, às penalidades e sanções pertinentes à matéria.

24. DO PREGÃO

24.1. A critério da administração do FUNPREVAL, este pregão poderá:

24.1.1. Ser anulado se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado;

24.1.2. Ser revogado se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, em decorrência de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;

24.2. Será observado, ainda, quanto ao procedimento deste pregão:

24.2.1. A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto na legislação aplicável;


24.2.2. A nulidade do procedimento licitatório induz a do contrato, ressalvado, ainda, o dispositivo citado no subitem anterior.

25. DO FORO

25.1. Para solução das questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, fica eleito o foro da cidade de Águas Lindas de Goiás, Estado de Goiás.

Para conhecimento de todos, lavrou-se o presente Edital que será publicado no sítio eletrônico do Fundo de Previdência do Município de Águas Lindas de Goiás, no lugar de costume, e no Portal de Compras Públicas (<https://www.portaldecompraspublicas.com.br/>).

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS,
datado e assinado digitalmente.



ERICK DIEGO MOREIRA GOMES
PREGOEIRO/AGENTE DE CONTRATAÇÕES
PORTARIA Nº 078/2024

FUNPREVAL
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

Contratação de instituição financeira, pública ou privada, para operar serviços de gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas do FUNPREVAL, com exclusividade e sem ônus para a contratante, pelo prazo de 60 (sessenta) meses.

2. JUSTIFICATIVA DA DEMANDA

A contratação de uma instituição financeira, pública ou privada, para a operação e gerenciamento dos créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Fundo de Previdência do Município de Águas Lindas de Goiás (FUNPREVAL) é de fundamental importância para garantir a eficácia e a segurança nas transações financeiras. Essa contratação visa proporcionar uma gestão eficiente dos recursos, assegurando que os pagamentos sejam realizados de forma regular, precisa e com total conformidade às exigências legais.

I. **Eficiência Operacional e Financeira** O gerenciamento centralizado por uma instituição financeira especializada traz benefícios significativos em termos de eficiência operacional. Ao terceirizar a administração dos créditos oriundos da folha de pagamento, o FUNPREVAL pode reduzir custos operacionais, minimizar erros administrativos e garantir maior segurança e agilidade nas transações. Além disso, ao selecionar uma instituição financeira experiente, o fundo se beneficia de expertise técnica que contribui para a otimização dos processos, permitindo que os recursos sejam distribuídos com precisão e pontualidade.

II. **Garantia de Segurança e Conformidade** A gestão financeira de créditos de servidores requer uma estrutura robusta que assegure a segurança dos dados e a conformidade com a legislação vigente, como a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e as normas do Banco Central do Brasil. Ao contratar uma instituição financeira

qualificada, o FUNPREVAL garante que as operações financeiras sejam realizadas com o devido sigilo, segurança e com as melhores práticas do mercado, evitando fraudes e irregularidades que possam comprometer o pagamento dos servidores.

- III. **Praticidade e Acesso Facilitado para os Servidores** Além dos benefícios técnicos, a contratação de uma instituição financeira proporciona uma melhor experiência para os servidores ativos, inativos e pensionistas. Com a operação dos créditos por uma instituição financeira, os servidores podem contar com um sistema de atendimento ágil e moderno, seja presencialmente ou por meio de canais digitais, como aplicativos de celular e plataformas bancárias online, facilitando o acesso a seus vencimentos e demais benefícios financeiros.
- IV. **Impacto Econômico Positivo para o Município** Ao contratar uma instituição financeira para gerir os créditos de maneira eficiente e exclusiva, o FUNPREVAL contribui para a movimentação econômica da cidade de Águas Lindas de Goiás. Além de facilitar o acesso dos servidores aos seus pagamentos, a instituição contratada pode firmar parcerias locais e regionais que promovam programas de educação financeira, investimentos e outros serviços de relevância, beneficiando os servidores e o município.
- V. **Inexistência de Ônus para a Contratante** A contratação não acarretará ônus financeiro para o FUNPREVAL, o que torna o processo ainda mais vantajoso. A instituição financeira selecionada arcará com todos os custos operacionais e administrativos necessários para a execução dos serviços, sem que haja impacto financeiro direto sobre o orçamento do Fundo de Previdência. Esse fator é um diferencial importante, uma vez que permite a manutenção da qualidade dos serviços prestados sem comprometer as finanças públicas.
- VI. **Prazo de Contrato** A vigência de 60 meses (5 anos) é fundamental para assegurar a continuidade e estabilidade dos serviços de pagamento, minimizando a necessidade de trocas frequentes de prestadores e garantindo que os servidores possam contar

com uma gestão financeira duradoura e confiável. Esse período é compatível com a necessidade de planejamento de longo prazo do FUNPREVAL, garantindo a segurança jurídica e a manutenção de um serviço de qualidade.

Por estes motivos, o FUNPREVAL tem como objetivo contratar, por meio de regular procedimento licitatório, a prestação de serviços de centralização e processamento de folha de pagamento de todos os servidores ativos, inativos e pensionistas do FUNPREVAL. A contratação dos serviços de processamento e operacionalização da folha de pagamento dos Servidores e Pensionistas do FUNPREVAL, será precedida de licitação pública, na forma de Pregão Eletrônico, pelo critério de Melhor Oferta de Preço (Maior Lance), com fundamento no inciso XXI do artigo 37 da Constituição da República Federativa por meio de Instituição Financeira que ofereça serviços com qualidade.

3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1 Em caráter de exclusividade:

- **Centralização e Processamento:** Gerenciamento dos créditos da folha de pagamento do FUNPREVAL, com depósito em contas de titularidade dos servidores.
- **Transferência para Outras Contas:** A instituição financeira deverá assegurar a possibilidade de transferência dos créditos para contas de outras instituições financeiras, no mesmo dia, sem custo, conforme a Resolução 3.402/2006 do Banco Central.

3.2 Sem caráter de exclusividade:

- **Concessão de Crédito:** A instituição financeira contratada poderá conceder crédito consignado aos servidores ativos, inativos e pensionistas do FUNPREVAL.

3.3 Instalação de Postos de Atendimento

Se a instituição financeira vencedora não possuir agência no município, poderá instalar postos de atendimento bancário no prazo de até **180 (cento e oitenta) dias**, prorrogável conforme necessidade.

4. FOLHA DE PAGAMENTO E QUANTITATIVO DE SERVIDORES

4.1 Folha de Pagamento – Referência agosto/2024:

- **Valor Bruto:** R\$ 1.608.534,34 (Um milhão, seiscentos e oito mil, quinhentos e trinta e quatro reais e trinta e quatro centavos);
- **Valor Líquido:** R\$ 1.152.870,75 (Um milhão, cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e setenta reais e setenta e cinco centavos);

4.2 Pirâmide Salarial – Referência agosto/2024

Detalhamento por faixa salarial para servidores ativos, aposentados e pensionistas, **conforme anexo I/C.**

5. PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO DO VALOR OFERTADO NA LICITAÇÃO

5.1 O valor mínimo da proposta a ser ofertado na licitação, conforme definição do FUNPREVAL, será de **R\$ 400.000,00 (QUATROCENTOS MIL REAIS)**

I. ANÁLISE DO VALOR BRUTO DA FOLHA DE PAGAMENTO

O FUNPREVAL apresenta um valor bruto de folha de pagamento de R\$ 1.608.534,34, o que representa um fluxo financeiro considerável. A gestão eficaz desse volume exige que a instituição financeira vencedora da licitação tenha não apenas a capacidade operacional, mas também um compromisso financeiro robusto. O valor proposto de R\$ 400.000,00 se configura como um valor mínimo, que deve ser visto como um investimento na gestão de ativos significativos.

II. CUSTO DE ABERTURA E MANUTENÇÃO DE CONTAS

Com um total de 418 beneficiários, a instituição financeira precisará abrir e manter um número considerável de contas. Isso envolve custos que incluem:

- **Abertura de Contas:** Processos administrativos, compliance e documentação.
- **Manutenção e Gestão das Contas:** Custos relacionados ao atendimento ao cliente, suporte técnico e sistemas de gestão.

Essa quantidade de contas exige que a instituição financeira estabeleça uma infraestrutura robusta para garantir um serviço ágil e eficaz, o que justifica o investimento financeiro ao FUNPREVAL.

III. POTENCIAL DE RENTABILIDADE

O valor mínimo de R\$ 400.000,00 também reflete o potencial de lucratividade que a instituição poderá alcançar ao gerenciar a folha de pagamento. Com um volume significativo de recursos sob gestão, a instituição poderá:

- **Oferecer Produtos e Serviços Financeiros:** Tarifa de manutenção, empréstimos e consultoria financeira, que geram receitas adicionais.
- **Aumentar a Base de Clientes:** A relação com o FUNPREVAL poderá servir como um canal para atrair novos clientes, ampliando ainda mais a rentabilidade.

IV. RELAÇÃO DE LONGO PRAZO

Ao estabelecer um pagamento mínimo de R\$ 400.000,00, o FUNPREVAL garante que a instituição financeira esteja comprometida com a qualidade dos serviços prestados. Um compromisso financeiro dessa magnitude incentiva a instituição a investir em tecnologia, treinamento de pessoal e melhorias contínuas no atendimento ao beneficiário.

5.2 O pagamento do valor homologado na licitação deverá ser efetuado no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir da data da assinatura do Contrato Administrativo, em uma única parcela, em conta indicada e de titularidade do FUNPREVAL mantida em banco público.

5.3 Em caso de atraso no pagamento, a instituição financeira deverá pagar ao FUNPREVAL multa de 2% (dois por cento) calculada sobre o valor total da proposta, acrescida de atualização monetária, e juros de mora de 12% (doze por cento), ao ano, calculado pro rata die, além de sujeitar-se às penalidades previstas neste instrumento.

5.4 No caso acima, o valor será atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

5.5 Os juros de 12% (doze por cento) ao ano, pro rata die, serão calculados e cobrados mediante a utilização da seguinte fórmula: $EM = I \times N \times V$ Onde: EM = Encargos moratórios. I = Índice de 0,000328767 (correspondente à taxa anual de 12%, isto é, $(12/100)/365$). N = Número de dias entre a data fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento. V = Valor em atraso.

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. Centralizar os recursos mensais da folha de pagamento de seus servidores ativos, inativos e pensionistas na instituição financeira contratada;

6.2. Informar sempre que solicitado pela CONTRATADA, o saldo da margem consignável dos salários, por ocasião da solicitação de empréstimos;

6.3. Enviar mensalmente por meio eletrônico, com dois dias de antecedência da efetivação do crédito na conta dos servidores ativos, inativos e pensionistas, os relatórios com todos os dados que possibilitem a instituição financeira efetuar os créditos e as transferências nas contas indicadas;

6.4. Transferir para conta corrente indicada pela instituição financeira contratada, no mês seguinte ao da assinatura do contrato, todos os recursos financeiros e administrativos necessários para que seja efetuada a folha de pagamento dos servidores;

6.5. Disponibilizar a pirâmide salarial dos servidores;

6.6. Prestar todo o apoio necessário a CONTRATADA para que seja alcançado o objeto do termo em toda a sua extensão.

6.7. Adotar as medidas necessárias à divulgação aos servidores/funcionários disponibilizando todos os dados necessários à abertura de conta-salário/corrente na INSTITUIÇÃO FINANCEIRA disponibilizando banco de dados do RH do Município.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. Abrir e manter, sem ônus para a contratante, a usualmente denominada conta salário para os servidores ativos, inativos e pensionistas do FUNPREVAL, efetuando a coleta de dados, documentos e assinaturas necessários, no local e horário de trabalho (dentro do horário de atendimento bancário), para efeito de recepção de depósito de salários, subsídios e valores dos créditos informados pela contratante em relatórios de folha de pagamento.

7.2. Efetuar os créditos dos pagamentos nas contas dos servidores, sem qualquer custo, em conformidade com as informações repassadas pelo FUNPREVAL;

7.3. Os serviços ofertados deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle e fiscalização, bem como às normas e legislações alusivas às Instituições Financeiras, além de atender à Lei Federal nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) no que for pertinente; 7

7.4. A instituição financeira deverá ter sistema informatizado compatível com o da contratante, para que todas as operações sejam processadas por meio eletrônico e on-line.

7.5. A instituição bancária deve-se aprimorar e inovar sempre os produtos e serviços oferecidos aos servidores municipais e manter uma assessoria especializada em análises confiáveis de seus investimentos e taxas de retorno compatíveis do mercado;

7.6. Responder por todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os respectivos serviços a serem prestados;

7.7. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.8. Reparar ou corrigir, dentro do prazo estipulado pelo FUNPREVAL, os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatadas pela fiscalização dos serviços;

7.9. É vedada a subcontratação de outra instituição financeira, mesmo que seja sua controlada ou controladora, para execução total ou parcial dos serviços, objeto desta licitação;

7.10. Efetuar o pagamento de impostos e eventuais multas aplicadas por autoridade federal, estadual ou municipal, relacionados com a atividade explorada;

7.11. Identificar os funcionários em serviço com uso permanente de crachá da instituição;

7.12. Não haverá qualquer solidariedade entre o, e a CONTRATADA, quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias de seus empregados, cabendo a ele assumir, de forma exclusiva, todos os ônus advindos da relação empregatícia;

7.13. Deverá ser oferecida aos servidores e pensionistas, uma cesta de serviços, isenta de cobrança, compreendendo no mínimo os produtos/serviços abaixo: a

) Abertura de conta salário, sem nenhum tipo de cobrança de tarifa durante a utilização da mesma;

b) Abertura de conta corrente;

c) Talonário de cheque mensal com 10 (dez) folhas, desde que o cliente reúna os requisitos necessários à utilização de cheques, conforme a regulamentação em vigor e condições compactuadas;

d) Fornecimento de até 05 (cinco) extratos, por mês, contendo a movimentação dos últimos 30 (trinta) dias por meio de terminal de autoatendimento.

e) Fornecimento de cartão na função débito, e o Cartão de Crédito quando o cliente reunir os requisitos necessários à utilização do mesmo;

f) Fornecimento de segunda via do cartão débito, exceto nos casos decorrentes de perda, roubo, danificação e outros motivos não imputáveis à instituição financeira;

g) Realização de consultas mediante utilização da internet;

h) Fornecimento até 28 de fevereiro de cada ano, do extrato consolidado, discriminando, mês a mês, os valores cobrados no ano anterior relativos a tarifas;

i) Compensação de cheques;

j) Realização de 20 (vinte) pagamentos diversos no autoatendimento;

k) Prestação de quaisquer serviços por meios eletrônicos, no caso de contas cujos contratos prevejam utilizar exclusivamente meios eletrônicos;

7.14. Para os servidores que receberão sua remuneração em conta exclusivamente salários, não será cobrada tarifa dos serviços.

7.15. Será concedido à Instituição Bancária vencedora do certame o direito de disponibilizar aos servidores do FUNPREVAL, empréstimos, sem exclusividade, mediante consignação das parcelas em folha de pagamento.

7.16. A Instituição Financeira, quando solicitada, deverá disponibilizar ao FUNPREVAL, de forma on-line, o histórico dos 12 (doze) últimos pagamentos, referentes aos servidores/funcionários; 7.17. A Instituição Financeira deverá, na assinatura do contrato, indicar os responsáveis/gestores do sistema de pagamento que auxiliarão o tesoureiro do FUNPREVAL na operacionalização do pagamento;

7.18. Executar os serviços em absoluto sigilo por seus prepostos, ficando, assim, vedada à divulgação, por qualquer modo e a qualquer título, sem prévia e expressa autorização do FUNPREVAL, de qualquer dado ou informação acerca do cadastro funcional e/ou valores remuneratórios dos servidores/funcionários municipais;

7.19. A Instituição Financeira deverá manter o histórico de pagamento do funcionalismo público municipal pelo período de vigência do contrato, fornecendo informações quando solicitadas, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis para os pagamentos realizados nos últimos 60 (sessenta) dias, e no prazo máximo de 30 (trinta) dias para os pagamentos realizados em períodos superiores ao anteriormente referido. Findo o contrato e eventual prorrogação, os arquivos deverão ser fornecidos ao FUNPREVAL, por solicitação da mesmo.

8. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1. Deverá ser apresentado documento comprobatório da condição de instituição financeira devidamente autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

8.2. Outros documentos poderão ser exigidos no edital do certame.

9. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA NECESSÁRIA

9.1. O requisito para a habilitação da instituição financeira é a solidez financeira e patrimonial, comprovada mediante a apresentação do último balanço e demonstrações financeiras exigidas pela legislação de regência e do qual se possam extrair índices que comprovem a sua boa situação financeira, no caso os índices utilizados para medir a solvência bancária, de acordo com as normas do Banco Central do Brasil e do Conselho Monetário Nacional;

9.2. Outros documentos poderão ser exigidos no edital do certame.

10. VIGÊNCIA

10.1. O prazo de vigência da contratação é de 60 (Sessenta) meses, a contar da data de início da efetiva prestação do serviço.

10.2. O TERMO DE CONTRATO está sujeito à rescisão nos termos dos artigos 137, 138 e 139 da Lei 14.133/2021 e alterações.

11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1 O descumprimento, total ou parcial, de qualquer das obrigações ora estabelecidas, sujeitará a CONTRATADA às sanções previstas na Lei Federal nº 14.133/2021

11.2 Aplicando-se o disposto da Lei Federal nº 14.133/2021, o atraso injustificado quanto aos prazos pertinentes à execução dos serviços sujeitará a CONTRATADA às seguintes multas moratórias, garantido o contraditório e a ampla defesa:

a) Multa moratória diária de 0,06% (seis centésimos por cento) incidente sobre o valor total dos serviços executados com atraso, até o limite de 10% (dez por cento);

b) Multa moratória diária de 0,06% (seis centésimos por cento) incidente sobre o valor total dos serviços reprovados no recebimento provisório ou que apresentem defeito de execução, até o limite de 10% (dez por cento).

11.3 Além da multa aludida no item anterior, o FUNPREVAL poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar as seguintes sanções à CONTRATADA, nas hipóteses de inexecução total ou parcial do respectivo Contrato Administrativo: a) Advertência; b) Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total da contratação; c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos; d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.4 As sanções previstas nas alíneas 'a', 'c' e 'd' poderão ser aplicadas conjuntamente com a prevista na alínea 'b'.

11.5 Caberá à Comissão de Fiscalização, conforme o caso, propor a aplicação das penalidades previstas, mediante relatório circunstanciado, apresentando provas que justifiquem a proposição.

11.6 As multas deverão ser recolhidas no prazo de 15 (quinze) dias consecutivos contados da data da Notificação, em conta bancária a ser indicada e de titularidade do FUNPREVAL, mantida em banco público.

11.7 O valor da multa poderá ser cobrado diretamente da CONTRATADA, amigável ou judicialmente.

11.8 A licitante que, convocada dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato Administrativo, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato Administrativo, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, ficará impedida de licitar e contratar com a Administração, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, enquanto

perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A oscilação do número de servidores, causados por admissões, demissões, licenças, etc. não alterará qualquer condição do edital, nem sujeitará qualquer das partes ao pagamento de indenização ou de outra penalidade.

"12.2. A licitante vencedora que não possuir agência ou posto de atendimento no Município de Águas Lindas de Goiás deverá instalar e iniciar as operações no município em até 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato. Esse prazo poderá ser prorrogado, a critério da Administração, mediante justificativa formal apresentada pela licitante e devidamente aceita pela CONTRATANTE."

12. DOS ANEXOS

9.1 Constituem anexos deste Termo de Referência, dele fazendo parte integrante, os seguintes documentos: ANEXO I/A - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DO TERMO DE REFERÊNCIA; ANEXO I/B - MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA FOLHA DE PAGAMENTO; ANEXO I/C - PIRÂMIDE SALARIAL;

Águas Lindas de Goiás, aos 24 dias do mês de setembro de 2024

Vivianny da Luz Albuquerque
Administrativo/FUNPREVAL

De acordo, APROVO o **TERMO DE REFERÊNCIA** nos moldes delineados, à vista de todo o detalhamento descrito no referido documento, conforme o caso, para as providências devidas.

Valdevino Gomes da Silva
Gestor FUNPREVAL

ANEXO I/A - PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DO TERMO DE REFERÊNCIA;

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR TOTAL (MÍNIMO)
1	Contratação de instituição financeira, pública ou privada, para operar serviços de gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas do FUNPREVAL, pelo prazo de 60 meses.	FOLHA	01	R\$ 400.000,00



FUNPREVAL
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

ANEXO I/B - MANUAL DE PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS DA FOLHA DE PAGAMENTO;

1. INTRODUÇÃO

1.1. Este documento contém as especificações técnicas necessárias à operação dos serviços a serem contratados pelo FUNPREVAL para prestação de serviços bancários de processamento do pagamento da folha de salário.

2. ABRANGÊNCIA DO SISTEMA DE PAGAMENTO DE PESSOAL

O Fundo de Previdência do Município de Águas Lindas de Goiás FUNPREVAL, processa o cálculo da folha de pagamento de seu pessoal por Sistema, e manterá na instituição financeira vencedora do presente certame, doravante denominada Banco, contas bancárias transitórias para o funcionamento do Sistema de Pagamento de Pessoal.

2.1.1. O público-alvo acima mencionado é de **418 (quatrocentos e dezoito) beneficiários, entre aposentados, pensionistas e servidores ativos do FUNPREVAL.**

3. PERIODICIDADE DO PAGAMENTO DE PESSOAL

3.1. O pagamento dos servidores do FUNPREVAL, inclusive a gratificação natalina, será realizado de acordo com calendário definido pelo FUNPREVAL.

3.2. Atualmente o calendário é cumprido ao longo de 30 (trinta) dias consecutivos, distribuindo-se entre eles os depósitos diários destinados à remuneração dos servidores.

4. CONTAS CORRENTES VINCULADAS AO SISTEMA DE PAGAMENTO DE PESSOAL

4.1. O FUNPREVAL manterá em Agência do Banco, obrigatoriamente situada em Águas Lindas de Goiás/GO, contas correntes, que servirão exclusivamente para o crédito do

montante líquido para o pagamento dos servidores, com antecedência de um dia útil da data prevista para ele.

4.2. O Banco deverá estar preparado para atender ao cronograma de pagamento de pessoal do FUNPREVAL, considerando a totalidade dos servidores.

4.3. O Banco disponibilizará para o FUNPREVAL a opção debloqueio e desbloqueio de créditos até um dia antes da efetivação do crédito em conta corrente ou conta salário, conforme opção realizada pelo servidor, por meio de transmissão de arquivos.

5. MODALIDADES DE PAGAMENTO DE PESSOAL

5.1. O Sistema de Pagamento de Pessoal do FUNPREVAL será movimentado por meio das seguintes modalidades: DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE OU CONTA SALÁRIO, conforme opção realizada pelo servidor.

6. BASE DE DADOS PARA PAGAMENTO DE PESSOAL

6.1. Para implantação e manutenção do pagamento dos servidores, o FUNPREVAL remeterá ao Banco arquivo em meio digital, com layout no padrão FEBRABAN 200 (duzentos) posições, contendo as informações necessárias à operacionalização da folha de pagamento.

7. PROCEDIMENTOS PARA IMPLANTAÇÃO INICIAL DO SISTEMA DE PAGAMENTO DE PESSOAL

7.1. O FUNPREVAL emitirá arquivo de dados cadastrais para abertura das CONTAS SALÁRIO, que será enviado ao Banco em até 10 (dez) dias úteis, após a assinatura do contrato, contendo as informações previstas na Resolução nº 3.402/2006, do Banco Central do Brasil.

7.2. O FUNPREVAL emitirá outros arquivos correspondentes aos créditos dos pagamentos de cada um dos dias de seu calendário, que serão enviados ao Banco em até 05 (cinco) dias úteis da data prevista para realização de cada crédito.

7.3. O Banco realizará os testes preliminares necessários à validação dos arquivos recebidos e informará ao FUNPREVAL a existência de eventuais inconsistências, até o 2º (segundo) dia útil após a sua recepção.

7.4. Havendo alguma inconsistência, os arquivos serão imediatamente encaminhados ao FUNPREVAL, para que sejam adotadas as providências necessárias à sua correção.

8. ROTINA OPERACIONAL DO SISTEMA DE PAGAMENTO DE PESSOAL

8.1. O processamento mensal do pagamento, em qualquer de suas modalidades, ocorrerá segundo a seguinte sistemática:

8.1.1. O FUNPREVAL emitirá um arquivo correspondente ao crédito de pagamento, dos servidores ativos, até 01 (um) dia útil da data prevista para o pagamento;

8.1.2. O Banco realizará os testes preliminares necessários à validação dos arquivos recebidos e informará ao FUNPREVAL a existência de eventuais inconsistências, no 1º (primeiro) dia útil após a sua recepção;

8.1.3. Havendo alguma inconsistência, o FUNPREVAL emitirá o arquivo retificado contendo o crédito dos servidores ativos até 01 (um) dia útil antes da data prevista para o pagamento;

8.1.4. Os dados constantes dos arquivos de pagamento deverão ser disponibilizados ao FUNPREVAL, após processamento, para que promova alterações, inclusões e exclusões, através de troca eletrônica de arquivos;

8.1.5. Os bloqueios e desbloqueios de pagamento são de responsabilidade exclusiva do FUNPREVAL, devendo sua operacionalização ser efetuada por meio da troca de arquivos eletrônicos;

8.1.6. O Banco deverá disponibilizar rotina para atendimento de determinações judiciais, que possibilite pagamento a terceiros e depósitos em outras instituições bancárias, sem que isso implique em aumento de despesas para o FUNPREVAL.

9. TRANSMISSÃO ELETRÔNICA DE DADOS

9.1. Os dados para pagamento serão transmitidos pelo FUNPREVAL, individualmente ou em lote, utilizando os serviços de comunicação eletrônica, detalhados no item 4, executando as atividades seguintes:

9.1.1. Geração de arquivos para pagamento de remunerações a servidores ativos; 9.1.2. Inclusão de depósitos em conta corrente ou conta salário, conforme opção realizada pelo servidor;

9.1.3. Impressão de relatórios.

10. PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS DO DEPÓSITO EM CONTA CORRENTE OU CONTA SALÁRIO

10.1. O Depósito em conta corrente ou conta salário obedecerá ao mesmo procedimento adotado para uma conta corrente ou conta salário regular.

10.2. A conta corrente ou conta salário deverá ter como titular o servidor ativo, aposentado ou pensionista.

10.3. Os servidores que receberem através da modalidade conta corrente ou conta salário, conforme opção realizada pelo servidor, terão assegurados mensalmente, nos termos das Resoluções nº 3.402/06, 3.338/06 e 3.910/10, do Banco Central do Brasil/CMN e respectivas atualizações, a isenção de tarifas, taxas ou encargos para os serviços e produtos, estabelecidos nos citados normativos.

11. RESPONSABILIDADE POR ERRO, OMISSÃO OU INEXATIDÃO DOS DADOS CONSIGNADOS NO ARQUIVO EM MEIO DIGITAL

11.1. O Banco, na qualidade de simples prestador de serviços, fica isento de responsabilidades, inclusive perante terceiros, por erro, omissão ou inexatidão dos dados consignados no arquivo em meio digital apresentado pela Administração Municipal, limitando-se a recebê-lo e a processá-lo conforme o estabelecido neste manual.

12. OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DO BANCO

12.1. Na operação do Sistema de Pagamento de Pessoal do FUNPREVAL, o Banco cumprirá as seguintes obrigações especiais:

- a) Indicar um Gestor responsável pelo atendimento ao FUNPREVAL e pelo cumprimento das obrigações decorrentes do futuro contrato;
- b) Proceder, sem ônus para o FUNPREVAL, todas as adaptações de seus softwares necessárias ao aprimoramento e perfeito funcionamento do Sistema de Pagamento;
- c) Manter o histórico dos pagamentos de pessoal pelo período de vigência do contrato, fornecendo informações quando solicitadas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para os pagamentos realizados dos últimos 60 (sessenta) dias consecutivos e no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, para os realizados em períodos superiores ao anteriormente referido. Findo o contrato os arquivos deverão ser fornecidos ao FUNPREVAL;
- d) Solicitar anuência do FUNPREVAL em caso de implementação de alterações no sistema de pagamento utilizado pelo Banco que impliquem em modificações de procedimentos operacionais no relacionamento com o FUNPREVAL ou com seus servidores ativos e inativos, assim como pensionistas;
- e) Disponibilizar relatórios periódicos, analíticos e sintéticos, em meio digital e impressos, por solicitação do FUNPREVAL quando for necessário, contemplando, pagamentos efetuados, bloqueados, desbloqueados, por período, nome, CPF, agência, conta corrente e valor, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, para os pagamentos realizados dos últimos 60 (sessenta) dias consecutivos e no prazo máximo de 30 (trinta) dias consecutivos, para os realizados em períodos superiores ao anteriormente referido.

ANEXO I/C - PIRÂMIDE SALARIAL;

FUNPREVAL – agosto/2024

FAIXA SALARIAL	APOSENTADOS	PENSIONISTAS	ATIVOS
DE R\$ 0,00 A R\$ 1.000,00	0	18	0
DE R\$ 1.000,01 A R\$ 2.000,00	108	41	5
DE R\$ 2.000,01 A R\$ 3.000,00	44	26	1
DE R\$ 3.000,01 A R\$ 4.000,00	26	9	4
DE R\$ 4.000,01 A R\$ 5.000,00	14	9	1
DE R\$ 5.000,01 A R\$ 6.000,00	13	3	1
DE R\$ 6.000,01 A R\$ 7.000,00	13	2	0
DE R\$ 7.000,01 A R\$ 8.000,00	68	0	0
DE R\$ 8.000,01 A R\$ 9.000,00	12	0	0
TOTAL	298	108	12

- **Total de beneficiários FUNPREVAL** - (CPF's): 418 (quatrocentos e dezoito)
- **Valor Bruto da folha:** R\$ 1.608.534,34 (Um milhão, seiscentos e oito mil, quinhentos e trinta e quatro reais e trinta e quatro centavos);
- **Valor Líquido da folha:** R\$ 1.152.870,75 (Um milhão, cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e setenta reais e setenta e cinco centavos);

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os casos não previstos na presente especificação técnica serão ajustados entre as partes.

FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

Valdevino Gomes da Silva

Gestor FUNPREVAL

Decreto nº 018/2021

ANEXO II - MODELO DE CARTA PROPOSTA
EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° ____/2024

PROPOSTA COMERCIAL PARA O PREGÃO ELETRÔNICO n° ____/2024	
DADOS A CONSTAR NA PROPOSTA	PREENCHIMENTO PELO PROPONENTE
Razão Social	
CNPJ	
Endereço	
Celular	
E-mail	
Nome do Representante Legal	
Identidade do Representante Legal	
CPF do representante legal	

Item	Descrição	Unidade	Qdade	Valor da Proposta
1	Contratação de instituição financeira, pública ou privada, para operar serviços de gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas do FUNPREVAL, com exclusividade e sem ônus para a contratante, pelo prazo de 60 (sessenta) meses.	Serviço mensal	60	

Prazo de Validade da Proposta	90 dias corridos a contar da sua apresentação.
Prazo de Entrega / Local de entrega	CONFORME EDITAL
<p>Declaramos que a presente proposta está em conformidade com todos os preceitos legais e regulamentares em vigor.</p> <p>Declaramos que a validade da proposta é de 90 (noventa) dias, a partir da data de sua entrega.</p> <p>Declaramos que concordamos com as cláusulas dispostas no Edital, Termo de Referência e demais anexos, referentes a presente contratação.</p> <p>Declaramos que a execução dos serviços seguirá o disposto no Termo de Referência e no Edital.</p> <p>Declaramos que todos os tributos, encargos sociais, trabalhistas e financeiros, taxas, seguros, e quaisquer outros ônus que porventura possam recair sobre a realização do objeto da presente licitação correrá por nossa conta, e que estamos de acordo com todas as normas da solicitação de propostas e seus anexos.</p> <p>Declaramos que esta proposta foi elaborada de forma independente.</p>	

Local e data

Assinatura do Licitante

Recomenda-se para elaboração da proposta de preços:

- a) Seguir rigorosamente a ordem apresentada na tabela parâmetro de preços, e apresentar descrição detalhada dos produtos (conforme ali expresso).
- b) As propostas são de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- c) As empresas devem considerar que o desconto ofertado prevalecerá durante toda a vigência do contrato.
- d) FAZER MINUCIOSO EXAME DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA DO OBJETO e, se restarem dúvidas, entrar em contato com a Unidade Requisitante para esclarecimentos, através do e-mail licitacao@aguaslindasdegoias.go.gov.br.
- e) Apresentar a proposta em conformidade com o Edital, cuidando para que não falte documentos exigidos, sob pena de desclassificação.



FUNPREVAL
FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS

ANEXO VII - MINUTA DO CONTRATO

Contrato nº _____

CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROCESSAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DO FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS – FUNPREVAL, NA FORMA ABAIXO:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DAS PARTES

CONTRATANTE:

O FUNDO DE PREVIDÊNCIA DO MUNICÍPIO DE ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS (FUNPREVAL), inscrito no CNPJ/MF sob o nº [____], com sede na [endereço] por seu (sua) Gestor (a), o (a) Senhor (a) _____, designado/a através do Decreto nº _____, portador do CPF nº _____, residente nesta cidade.

CONTRATADA:

A Instituição Financeira _____, pessoa jurídica de direito privado regularmente inscrita no CNPJ nº _____, com sede _____, CEP: _____, neste ato representada por seu(sua) sócio(a) administrador(a), o(a) Senhor(a) _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____, expedida pela _____ e do CPF nº _____, residente em _____.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO:

2.1 O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de processamento da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos, comissionados, credenciados, estagiários e pensionistas do FUNPREVAL, conforme especificado no Termo de Referência (Anexo I do Edital) e na proposta da CONTRATADA, que integram este contrato, para todos os efeitos legais.

2.2 Para efetivação do contrato, a contratada deverá prestar, ao FUNPREVAL, os serviços referidos na tabela abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Qdade	Valor da Proposta
1	Contratação de instituição financeira, pública ou privada, para operar serviços de gerenciamento de créditos provenientes da folha de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas do FUNPREVAL, com exclusividade e sem ônus para a contratante, pelo prazo de 60 (sessenta) meses.	Serviço mensal	60	XXXXXX

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

3.1 O presente Contrato tem vigência de 60 (sessenta) meses a contar de sua assinatura.

3.2 Prováveis prorrogações ficam condicionadas às permissões da legislação vigente (Lei 14.133/2021).

CLÁUSULA QUARTA – DO FUNDAMENTO:

4.1 Este Contrato tem fundamento legal na Lei Federal nº 14.133/2021, sendo procedente do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 2024007025, PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2024, que integra o presente instrumento sem a necessidade de transcrição.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR e DA FICHA ORÇAMENTÁRIA:

5.1. Em face da natureza do objeto da contratação, não haverá despesas, motivo pelo qual se mostra desnecessário a indicação de dotação orçamentária.

CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS SOCIAIS

6.1 Todos os encargos sociais, incluindo-se os tributos relativos à legislação pertinente e outros, originários da execução do presente contrato correrão por conta da CONTRATADA.

7.1 CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACRÉSCIMO/SUPRESSÃO E DAS OBRIGAÇÕES DAS

PARTES:

7.1 A CONTRATADA se obriga a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias ao atendimento ao objeto deste Contrato, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial do Contrato, conforme Lei Federal nº 14.133/2021

7.2 SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- a) Efetuar o pagamento dos vencimentos de seus servidores exclusivamente através da CONTRATADA.
- b) A CONTRATANTE concederá à CONTRATADA o direito de disponibilizar aos servidores municipais, pelo período de vigência do contrato, empréstimos em consignação na folha de pagamento, com conformidade com a legislação própria e em contrato específico para esse fim. Esse direito não é exclusivo da CONTRATADA, sendo de responsabilidade da instituição e do servidor, cabendo o FUNPREVAL tão somente o repasse, conforme margem informada.
- c) Informar sempre que solicitado pela CONTRATADA, margem consignável, nos vencimentos dos servidores, por ocasião de solicitação de empréstimos consignados. A margem consignável será informada diretamente pelo FUNPREVAL.
- d) Enviar a relação nominal de servidores, contendo os valores líquidos a serem creditados, bem como as demais informações solicitadas pela CONTRATADA, com antecedência mínima de 02 (dois) dias úteis da data prevista para o pagamento dos salários.
- e) Garantir as informações e documentação necessária à execução dos serviços por parte da CONTRATADA.
- f) Disponibilizar os recursos financeiros para pagamento dos servidores, através de crédito em conta salário, via transferência direta, TED – Transferência Eletrônica Disponível ou mediante a apresentação de cheque administrativo nominal à CONTRATADA.
- g) A CONTRATANTE é obrigada a acompanhar, supervisionar e fiscalizar a execução do contrato através do FUNPREVAL e/ou por outro Órgão Municipal designado pela CONTRATANTE.
- h) Prestar todo o apoio necessário à CONTRATADA para que seja alcançado êxito na execução do contrato a ser pactuado.

- i) A CONTRATANTE, não assumirá, inclusive para efeitos da Lei 8.078/1990 – Código de Proteção e Defesa do Consumidor, quaisquer responsabilidades pelas atividades exercidas pela CONTRATADA.
- j) A CONTRATANTE, não assumirá quaisquer responsabilidades pelos compromissos assumidos por seus servidores, perante a CONTRATADA, exceto nos casos previstos em contrato específico de consignação em folha de pagamento.
- k) A CONTRATANTE exigirá dos servidores municipais a devida abertura de conta salário ou, por opção dos mesmos, conta corrente com a CONTRATADA, o que se fará em até 20 (vinte) dias após a assinatura do contrato.

7.2 SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- a) Promover a abertura de contas dos servidores da CONTRATANTE, na modalidade conta-salário ou, por opção dos mesmos, conta corrente, efetuando a coleta de dados, documentos e assinaturas, no local e horário de trabalho (dentro do horário de atendimento bancário). Em caso de abertura de conta corrente, deve-se informar ao servidor todos os custos de tarifas relativas a referida conta, não cabendo ao município nenhum custo decorrente de tais contas.
- b) Ter sistema informatizado compatível com o da CONTRATANTE, de forma a possibilitar operações por meio eletrônico e online, sendo que no caso de incompatibilidade, todas as despesas necessárias para adaptação, correrão por conta exclusiva da CONTRATADA.
- c) Efetuar os créditos dos pagamentos nas contas dos servidores, sem qualquer custo, em conformidade com as informações repassadas pelo órgão competente da CONTRATANTE.
- d) Respeitar os limites de margem consignável para concessão de empréstimos aos servidores, solicitando para tal, informações necessárias à Superintendência de Gestão de Pessoas, órgão integrante da Secretaria Municipal de Gestão e Planejamento.
- e) Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração, seus servidores, e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, por parte da CONTRATADA.
- f) Apresentar previamente à CONTRATANTE tabela com franquia mínima de serviços com isenção de tarifas, a partir da resolução BACEN nº 3919/10 e demais serviços e produtos com suas respectivas tarifas.

- g) A CONTRATADA deverá manter constantemente atualizada e a disposição dos Servidores Municipais, relação dos produtos e benefícios oferecidos pela instituição, com seus respectivos custos.
- h) A CONTRATADA, não poderá cobrar tarifas sobre a movimentação da(s) conta(s) salário(s), mantida(s) em nome da CONTRATANTE, sendo que os créditos devidos aos servidores não implicará em custo para o erário Municipal.
- i) Responder por todos os impostos, taxas, seguros e quaisquer outros encargos que incidam ou venham a incidir sobre os respectivos serviços a serem prestados.
- j) Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- k) Reparar e/ou corrigir, dentro do prazo estipulado pela CONTRATANTE os eventuais vícios, defeitos ou incorreções constatados pela fiscalização, no decorrer da execução do contrato.
- l) É vedada à CONTRATADA subcontratação de outra instituição financeira, mesmo que seja sua controlada ou controladora, para a execução total ou parcial dos serviços, objeto desta licitação.
- m) A CONTRATADA deverá ter Agência Bancária na sede do município e mantê-la em funcionamento pelo período do contrato. Caso não possua a Agência, no ato da assinatura do contrato, a CONTRATADA deverá apresentar compromisso formal de instalação em 6 (seis) meses, devendo a agência ser instalada em local de fácil acesso e localização.
- n) A Agência Bancária deverá ser dotada de no mínimo 07 (sete) funcionários para o atendimento. Caso a CONTRATADA não disponha de Agência no município, deverá disponibilizar 01 (um) Posto de Atendimento Bancário de imediato, com no mínimo 05 (cinco) funcionários, até que seja aberta a agência definitiva.
- o) Durante a vigência do contrato, a CONTRATADA deverá estar em situação de adimplência junto ao INSS, FGTS e as Fazendas Nacional, Estadual e Municipal.
- p) Identificar os funcionários com uso permanente de crachá da instituição.
- q) Não haverá qualquer solidariedade entre a CONTRATANTE e a CONTRATADA quanto ao cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias dos servidores da Instituição Financeira.

- r) Manter vigilância armada durante o horário de funcionamento do expediente bancário, sem custo para a CONTRATANTE, conforme determina a Lei Federal 7.102, de 20 de junho de 1983, devendo ser norma cumprida pelas agências.
- s) A instituição financeira CONTRATADA deverá assegurar a faculdade de transferência (PORTABILIDADE), com disponibilidade no mesmo dia, dos créditos para conta de depósitos de titularidade dos beneficiários, por eles livremente abertas, em conformidade com artigo 2º da Resolução 3.402/2006 do Banco Central.
- t) Realizar o pagamento aos fornecedores municipais via DOC, TEC e/ou boleto bancário, conforme as necessidades da Tesouraria Municipal, no valor total cadastrado, sem nenhuma retenção de valor.
- u) Fornecer os comprovantes bancários de todas as transações realizadas.

CLÁUSULA OITAVA – DAS SANÇÕES E DA RESCISÃO:

8.1 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela licitante vencedora, sem justificativa e aceite pelo FUNPREVAL, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar, nas seguintes sanções:

- a) Advertência, por escrito, no caso de pequenas irregularidades.
- b) Em caso de atraso injustificado na prestação do serviço do objeto, sujeitar-se-á o licitante vencedor à multa de mora de 2% (dois por cento) ao mês sobre o valor do contrato, ou conforme o caso, sobre o valor correspondente aos itens em atraso. A referida multa não impede que a Administração rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas na legislação vigente.
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a 2 (dois) anos, nos seguintes termos.
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a punição, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração dos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo de sanção aplicada com base no item anterior.

8.2 A aplicação das sanções previstas no Termo de Referência e no Edital não exclui a possibilidade de aplicação de outras, previstas na Lei 14.133/2021, como as constantes do Termo de Referência — Anexo I deste Edital, inclusive responsabilização da licitante vencedora por eventuais perdas e danos causados à Administração.

8.3 A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo FUNPREVAL.

8.4 O valor da multa poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente no FUNPREVAL, em favor da licitante vencedora, sendo que, caso o valor da multa seja superior ao crédito existente, a diferença será cobrada na forma da lei.

8.5 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato do Gestor do FUNPREVAL, devidamente justificado.

8.6 O licitante que convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não retirar nota de empenho, ordem de compra ou assinar a Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na entrega dos produtos, se comportarem de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com o Município, com os órgãos Estaduais e da União e, será descredenciado no Cadastro do Município, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere a Lei 14.133/2021, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital, e das demais cominações legais.

8.7 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

8.8 Em qualquer hipótese de aplicação de sanções serão assegurados à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa.

8.9 o Contrato poderá ser rescindido em qualquer tempo por qualquer das partes quando ocorrerem situações apontadas na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DO FÓRUM:

9.1 As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS – Goiás para dirimir as dúvidas que originarem da execução do presente contrato.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 02 (duas) vias, com as testemunhas abaixo.

ÁGUAS LINDAS DE GOIÁS, _____

Pelo Contratante

Pela Contratada